



## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ E DO OUTRO, A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI, para o fim que nele se declara.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, situada na Av. Desembargador Moreira, 2807, no Bairro Dionísio Torres, em Fortaleza - Ceará, com CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela sua Diretora Geral a Sra. Sávila Maria de Queiroz Magalhães e, do outro lado a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF n. 07.468.050/00001-47, situada na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, n. 515, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, município de Fortaleza, estado do Ceará, CEP 60.810-700, neste ato representada por sua Procuradora a Sra. Marinalva Lima Pereira, brasileira, divorciada, administradora, inscrita no CPF/MF sob o nº 367.200.383-20, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, tendo em vista o **PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO N. 84/2018** e Processo n. 04531/2018, tudo em conformidade com o Art. 2º do Ato Deliberativo nº 593, de 23 de fevereiro de 2005 e bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, dos Decretos Federais nºs 3.555/00, 5.450/05 e suas alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, que ficam fazendo parte deste contrato, independente de transcrição.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o **PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 84/2018** e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 84/2018** e seus anexos, e à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da **CONTRATANTE**, nas áreas do edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e em seus Anexos, sito na Av. Desembargador Moreira, 2807 - Bairro: Dionísio Torres - CEP: 60.170-900.





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

4.2. O objeto será executado na forma de execução indireta sob o regime de Empreitada por Preço Global.

### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 5.110.886,04 (cinco milhões, cento e dez mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quatro centavos)**, com **taxa de administração de -2,00% (menos dois por cento)**.

5.2. Quando da repactuação salarial das categorias através de convenção coletiva de trabalho, será feito o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, contados da data de aceitação e atesto, realizado pelo setor competente da CONTRATANTE, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. Os pagamentos dos serviços somente serão efetuados após a comprovação dos seguintes documentos:

a) Pagamento dos salários dos empregados da CONTRATADA;

b) Relação e folha de pagamento dos empregados, que estiverem efetivamente vinculados ao Contrato;

c) Comprovante do recolhimento das contribuições sociais FGTS, INSS, correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do inciso IV do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

d) Comprovante de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio de apresentação do recibo de Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo ao mês do pagamento;

e) Comprovante de Certidão Negativa de Débito Salarial e Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas, emitidas, respectivamente, pela seção de Fiscalização do Trabalho e pela Seção de Multas e Recursos da Delegacia Regional do Trabalho.

6.1.1.1 Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação da documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

6.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o 6.1 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do ANEXO I do PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 84/2018.





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

6.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.6. A critério da CONTRATANTE poderá utilizar os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

6.7. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato;

6.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto da não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

6.9. Quando a empresa CONTRATADA atrasar alguma obrigação trabalhista, de natureza salarial ou não, com um ou mais empregados terceirizados, deverá o gestor do contrato notificar a empresa para regularizar a situação, sob pena de retenção da fatura corrente.

6.10. Atrasos reiterados podem ensejar a retenção dos créditos, com notificação da empresa para contraditório e, permanecendo as irregularidades, poderá a CONTRATANTE pagar diretamente aos empregados as verbas trabalhistas em atraso, inclusive FGTS, INSS e verbas rescisórias.

6.11. O gestor do contrato poderá, inclusive, executar a garantia contratual para o pagamento das obrigações trabalhistas e/ou rescisórias em atraso.

6.12. As contribuições previdenciárias e do FGTS, além das verbas rescisórias, quando não forem honradas pela CONTRATADA até a data própria, a CONTRATANTE poderá realizar a retenção de créditos e pagamentos de salários diretamente aos empregados.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos 01100002011225002179015000033903700000200 – Locação de Mão de Obra.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo, no interesse da CONTRATANTE, mediante termo de Aditivo, ser prorrogado por sucessíveis períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do disposto no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666 de 1993 e suas alterações, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

8.1.1. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 56, da Lei Federal no 8.666/1993, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 01/2019

9.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

9.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

9.3.1. O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

9.3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/93, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

10.2 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.3 Manter a disciplina nos locais de serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;

10.4 Manter sediados junto a Administração, durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tornar decisões compatíveis com o compromisso assumido;

10.5 Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) conforme legislação;

10.6 Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, os materiais danificados deverão ser substituídos em até no máximo 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos deverão ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

10.7 Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios como: aspiradores de pó, enceradeiras, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não ser confundidos com outros semelhantes e/ou de propriedade da Contratada;

10.8 A Contratada deverá fornecer mediante contrato de COMODATO todos os suportes necessários para papeis higiênicos, papeis toalhas e sabonetes líquidos conforme a necessidade de cada local, com manutenções semanais;

10.9 Os suportes deverão ser do modelo do fabricante dos papéis e sabonetes com modelo adequado ao lugar aonde deverá ser instalado;

10.10 Os suportes danificados deverão ser trocados imediatamente sem custos para a Contratante;

10.11 Novos suportes poderão ser solicitados para serem instalados a qualquer momento, conforme necessidade da Contratante;





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

10.12 Atualmente a Contratante necessita de 750 suportes, sendo 165 para papel higiênico de rolo, 165 papel higiênico interfolhado, 100 para papel toalha de bobina, 85 para papel toalha interfolhado simples, 35 para toalha de luxo e 200 para sabonete líquido.

10.13 Nomear encarregados responsáveis pelo serviço, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo no local de trabalho em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

10.14 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

10.15 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

10.16 Cumprir, além dos postulantes legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Assembleia Legislativa;

10.17 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Assembleia Legislativa;

10.18 Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas nas seguintes formas:

10.19 A assiduidade e a pontualidade deverão ser controladas através de relógios de ponto que deverão ser disponibilizados pela Contratada sem ônus para a Contratante conforme regras abaixo:

a) A Contratada deverá disponibilizar 3 (três) equipamentos homologados pelo MTE, de acordo com a Portaria 1.510 de 2009 e pelo Inmetro de acordo com a Portaria 593/13, a ser instalado em local pré-estabelecido pela Contratante, com leitura através de biometria;

b) Os equipamentos deverão ser dotados de nobreaks, com autonomia mínima de 6 (seis) horas e sua comunicação deverá ser TCP/IP;

c) A Contratada deverá fornecer os suprimentos necessários como: bobinas de papéis, manutenção preventiva e corretiva e sistema para tratamento dos pontos com licença para 1 (um) servidor e 3 (três) clientes a serem definidos pela Contratante;

d) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma meticulosa e constante, para obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeita ordem os serviços objeto deste Termo de Referência;

10.20 Adotar boas práticas de otimização reuso/redução de desperdício/menor poluição, tais como:

10.20.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

10.20.2 Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

10.20.3 Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA e pelo INMETRO;





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 01/2019

- 10.20.4 Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- 10.20.5 Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- 10.20.6 Utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água de reuso ou outras fontes (água de chuva e poços), desde de que certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;
- 10.20.7 Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, consumo de água, e destinação de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes; e observando da Resolução CONAMA no 20, de 7 de setembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 10.21 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros, durante a permanência no local do serviço, por ação, omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 10.22 Fornecer e utilizar na execução dos serviços, objeto desse termo, materiais e equipamentos de primeira qualidade, evitando a aplicação de produtos inflamáveis e/ou de fácil combustão ou que exalem odores fortemente ativos;
- 10.23 Apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade, informando os respectivos endereços residenciais e números dos telefones, bem como a comprovação do vínculo empregatício, comunicando imediatamente, qualquer alteração;
- 10.24 Reunir e orientar seus empregados, no início da vigência do contrato, no sentido de orientá-los para a excelência na execução dos serviços, e ainda, alertá-los de que não será permitida a realização de comércio de qualquer natureza, bem como exercer quaisquer trabalhos particulares para os funcionários da CONTRATANTE, no horário de serviço, tais como: pagamentos bancários, efetuar jogos em casas lotéricas, retirar cópias, entregar ou receber documentos internos ou externos, lavagem de carros ou mandados de quaisquer natureza, sem a prévia autorização do Departamento Administrativo, através da Divisão de Comunicação e Serviços Gerais, sob pena do afastamento de suas funções. Esclarecer, ainda, das exigências da CONTRATANTE COMO TAMBÉM DAS NORMAS DA CONTRATADA, para que os mesmos não venham a alegar desconhecimento das regras, caso sejam penalizados;
- 10.25 Efetuar o pagamento dos funcionários igualmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, independente de qualquer caso fortuito e não vincular o pagamento dos salários e demais benefícios, como auxílio alimentação e transporte, à liberação das faturas pela CONTRATANTE.
- 10.26 Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo, sob pena de rescisão contratual, informando mensalmente a CONTRATANTE os nomes dos funcionários em férias;
- 10.27 Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 10.28 A Contratada deve acompanhar o andamento e o cumprimento dos serviços, através





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

CONTRATO Nº 01/2019

de visita periódica (**Semanalmente**) feita por **SUPERVISOR GERAL** da empresa, para que seus funcionários, inclusive os Supervisores locados, sintam maior segurança e comprometimento na excelência da execução dos serviços por eles prestados.

10.29 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.30. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.31. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

10.32. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.33. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.34. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.35. Apresentar a CONTRATANTE, previamente, a escala de férias dos empregados que estiverem à disposição da CONTRATANTE, bem como fazer suas reposições com as mesmas características profissionais daqueles beneficiados por férias ou licenças.

10.36. Até 30 (trinta) dias após a homologação do certame, a CONTRATADA deverá instalar um escritório na cidade de Fortaleza-CE ou Região Metropolitana, funcionando de segunda-feira a sábado, com toda a infraestrutura adequada, para atender as necessidades da contratada no intercâmbio financeiro e de recursos humanos, durante toda a execução contratual.

10.37. Realizar o pagamento de horas extras, adicional noturno, materiais, dentre outras despesas de caráter eventual, devidamente previstas dentro do percentual de provisionamento do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no contrato;

11.2 Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste termo de referência;

11.3 Propiciar acesso aos profissionais as suas dependências para a execução dos serviços;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de servidor especialmente designado pela ALCE, nos termos do art.67 da Lei nº 8.666/93;

11.5 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro)





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

horas, podendo aplicar a pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

11.6 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;

11.7 Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, em especial o INSS, FGTS e outros que se fizerem necessários;

11.8 Disponibilizar local adequado e seguro para a guarda dos saneantedomissanitários, materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios.

11.9 Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

11.9 Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.11 Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

11.12 Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) Sr(a). Claudio Henrique Costa Martins, matrícula 000464, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

#### **13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:**

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja





## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de desconto dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

14.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

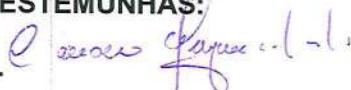
E por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, forma e validade perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Fortaleza/CE, 22 de janeiro de 2019.

  
**Sália Maria de Queiroz Magalhães**  
 Diretora Geral  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
 CEARÁ  
**CONTRATANTE**

  
**Marina Lima Pereira**  
 Representante Legal  
 CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E  
 REPRESENTAÇÕES LTDA  
**CONTRATADA**

### TESTEMUNHAS:

1. 

CPF/MF Nº: 202.756.673/1

2. 

CPF/MF Nº: 022.281.693-00



## ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 19, VI, da Resolução nº 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), e nos termos do Ato Normativo nº 131, de 29/05/91 e publicado no Diário Oficial de 29/05/91 e dos Arts. 132, IV, 136 e 185 §1º da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **exonerar CLEONICE FELÍCIO GOMES** da função de MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, Símbolo DAS-1, nos termos do Ato Normativo nº 193, de 31/08/95, publicado no Diário Oficial de 14/09/95. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, ao 1º dia do mês de novembro de 2018.

Dep. José Albuquerque  
PRESIDENTE  
Dep. Tin Gomes  
1º VICE – PRESIDENTE  
Dep. Manoel Duca  
2º VICE – PRESIDENTE  
Dep. Audic Mota  
1º SECRETÁRIO  
Dep. João Jaime  
2º SECRETÁRIO  
Dep. Julinho  
3º SECRETÁRIO  
Dep. Augusta Brito  
4º SECRETÁRIA

\*\*\*\*\*

**PORTARIA Nº 27/2019 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ** no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** o servidor **CLÁUDIO HENRIQUE COSTA MARTINS**, matrícula nº 000.464, para atuar como gestor do Contrato nº 01/2019, firmado com a empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, cujo objeto é a, contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de janeiro de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

**PORTARIA Nº 28/2019 A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ** no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** o servidor **JOSÉ MARCELO DE VASCONCELOS JÚNIOR**, matrícula n.º 027.279, para, sem prejuízo das funções de seu cargo e demais atividades funcionais, exercer a função de gestor do Contrato n.º 02/2019, firmado com a empresa **MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA**, referente a aquisição de motocicletas operacionais para esta Casa Legislativa. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 23 de janeiro de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20170057/PMCE**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da sua Diretora Geral, torna público para conhecimento de todos os interessados que foi realizada adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Edital de Pregão Eletrônico Nº 20170057 – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ – GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, Processo nº 6668713/2017, por meio do Processo Administrativo nº 00061/2019 - ALECE, cujo objeto é a aquisição de 02 (motocicletas) destinadas a esta Casa Legislativa. Empresa detentora da Ata de Registro de Preços: **MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.337.168/0001-48. O valor global da presente aquisição é de R\$ 114.802,00 (cento e quatorze mil, oitocentos e dois reais). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza/CE, 23 de janeiro de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

## EXTRATO CONTRATO Nº 01/2019

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº 2807, Dionísio Torres. CONTRATA: Empresa **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF n. 07.468.050/0001-47, situada na Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, n. 515, Bairro Engenheiro Luciano Cavalcante, município de Fortaleza, estado do Ceará, CEP 60.810-700. OBJETO: **Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de limpeza, conservação, higienização, jardinagem, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO N. 84/2018 e Processo n. 04531/2018, tudo em conformidade com o Art. 2º do**

Ato Deliberativo nº 593, de 23 de fevereiro de 2005 e bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, dos Decretos Federais nos 3.555/00, 5.450/05 e suas alterações, na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, que ficam fazendo parte deste contrato, independente de transcrição. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: De 22 de JANEIRO de 2019 a 21 de JANEIRO de 2020. VALOR GLOBAL: R\$ R\$ 5.110.886,04 (cinco milhões, cento e dez mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 0110 0002011225002179015000033903700000200 – Locação de Mão de Obra. DATA DA ASSINATURA: 22 de JANEIRO de 2019. SIGNATÁRIOS: SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES DIRETORA GERAL, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e a Sra. Marinalva Lima Pereira, pela empresa CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de janeiro de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

## EXTRATO CONTRATO Nº 02/2019

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº 2807, Dionísio Torres. CONTRATA: Empresa **MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.337.168/0001-48, situada na Rua Juruá, nº 160, Distrito Industrial, Manaus/AM. OBJETO: **Constitui objeto deste contrato a aquisição de motocicletas operacionais** para esta Casa Legislativa, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 20170057-PMCE e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº 20170057-PMCE e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: De 22 de JANEIRO de 2019 a 21 de JULHO de 2019. VALOR GLOBAL: R\$ 114.802,00 (cento e quatorze mil, oitocentos e dois reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01100002011225001739515000044905 200000200 – Equipamentos e Material Permanente. DATA DA ASSINATURA: 22 de JANEIRO de 2019. SIGNATÁRIOS: SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES DIRETORA GERAL, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. Dennis Sasahara, pela empresa **MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA**. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 23 de janeiro de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

## NOTIFICAÇÃO DE FALECIMENTO

A DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições: RESOLVE notificar o falecimento do servidor (Aposentado), **JEÓVA COSTA LIMA**, ocorrido no dia 12 de março de 2018, conforme Certidão de Óbito, sob o nº de matrícula nº 019992 01 55 2018 4 00516 053 0351666 34, do Cartório Norões Milfont, 13 de março 2018. DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 16 de janeiro 2019.

Marcus Vinícius Melo Cruz  
DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO

\*\*\*\*\*

## CORRIGENDA AO ATO DELIBERATIVO Nº 110/1985

No Ato Deliberativo 110/1985, datado de 21 de fevereiro de 1985, publicado no Diário Oficial do Estado dia 22 de fevereiro de 1985. ONDE SE LÊ: MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BEZERRA; LEIA-SE: MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BESERRA LIMA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 22 dias do mês de janeiro do ano de 2018.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

## CORRIGENDA AO ATO DA MESA DIRETORA

No Ato da Mesa Diretora datado de 16 de agosto de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado dia 02 de setembro de 1991 que concede Incorporação a servidora MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BESERRA LIMA. ONDE SE LÊ: MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BEZERRA LIMA LEIA-SE: MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BESERRA LIMA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 22 dias do mês de janeiro do ano de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*

## CORRIGENDA AO EXPEDIENTE DA SECRETARIA

No Expediente da Secretaria datado de 11 de outubro de 1996, publicado no Diário Oficial do Estado dia 30 de outubro de 1996, que Concede Progressão Horizontal a servidora MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BESERRA LIMA. ONDE SE LÊ: MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BEZERRA LIMA LEIA-SE: MARIA ELIANE DUARTE MOURÃO BESERRA LIMA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 22 dias do mês de janeiro do ano de 2019.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\*\*\*